

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2017

com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Contábeis Regulatórias

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 16 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	135.523	87.122
Despesas antecipadas	8	1.183	1.121
Impostos a recuperar		4.116	618
Adiantamentos a fornecedores e empregados		10.237	461
		<u>151.059</u>	<u>89.322</u>
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	1.308	2.429
Depósitos judiciais e cauções		69	36
Imposto a recuperar		7.398	-
Imobilizado	9	2.236.731	471.763
Intangível	10	72.238	-
		<u>2.317.744</u>	<u>474.228</u>
Total do ativo		<u>2.468.803</u>	<u>563.550</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	349.609	24.181
Empréstimos e financiamentos	12	578.492	-
Tributos a pagar		9.955	564
Salários e encargos sociais	13	12.608	3.290
		<u>950.664</u>	<u>28.035</u>
Não circulante			
Outras contas a pagar		105	105
		<u>105</u>	<u>105</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	14.a	1.971.001	543.001
(-) Capital a integralizar		(405.550)	-
Prejuízos acumulados	14.b	(47.417)	(7.591)
		<u>1.518.034</u>	<u>535.410</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.468.803</u>	<u>563.550</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas			
Gerais e administrativas	15	<u>(25.175)</u>	<u>(11.429)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(25.175)</u>	<u>(11.429)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	17.754	4.277
Despesas financeiras	17	<u>(31.949)</u>	<u>(388)</u>
		<u>(14.195)</u>	<u>3.889</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(39.370)</u>	<u>(7.540)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(456)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(39.826)</u></u>	<u><u>(7.540)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(39.826)	(7.540)
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(39.826)</u>	<u>(7.540)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	20.001	-	(51)	19.950
Aumento de capital conforme AGE de 07 de março de 2016	34.000	-	-	34.000
Aumento de capital conforme AGE de 29 de abril de 2016	466.000	-	-	466.000
Aumento de capital conforme AGE de 03 de novembro de 2016	23.000	-	-	23.000
Prejuízo do exercício	-	-	(7.540)	(7.540)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	543.001	-	(7.591)	535.410
Aumento de capital conforme AGE de 13 de março de 2017	714.000	-	-	714.000
Aumento de capital conforme AGE de 30 de novembro de 2017	714.000	(405.550)	-	308.450
Prejuízo do exercício	-	-	(39.826)	(39.826)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.971.001	(405.550)	(47.417)	1.518.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(39.370)	(7.540)
Juros das debêntures	28.493	-
Itens de resultado que não afetam o caixa	-	-
Amortização de despesas antecipadas	1.060	1.122
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Depósitos judiciais e cauções	(33)	(36)
Impostos a recuperar	(10.896)	(618)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(9.776)	(455)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	325.428	24.166
Tributos a pagar	8.934	558
Salários e encargos sociais	9.318	3.284
Outros passivos	-	103
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	313.158	20.584
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.764.969)	(461.493)
Aquisição de ativo intangível	(72.238)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.837.207)	(461.493)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.022.450	523.000
Debêntures	550.000	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	1.572.450	523.000
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	48.401	82.091
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	87.122	5.031
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	135.523	87.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade” ou “XRTE”), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Sociedade tem a sua sede na Avenida Presidente Vargas, nº 955 – 13º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Grupo SGBH”), que é subsidiária da State Grid Corporate of China (“SGCC”), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 17 de julho de 2015, a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$988.030.985 e deságio de 19% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 22 de outubro de 2015. A Sociedade prevê entrar em operação em dezembro de 2019.

O projeto da Sociedade consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800 kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800 kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- iv) Linha de transmissão em corrente contínua em ± 800 kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.518km com um cabo de para-raios em fibra óptica.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

- v) Primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 30km.
- vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2018.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Sumário das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 9 – Imobilizado.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Sociedade mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “em serviço” e “em curso”. Os itens apresentados no grupo em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

4. Sumário das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.3. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos por diferenças tributáveis temporárias.

4.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.6. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Sociedade não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.8. Meio ambiente

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão.

4.9. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

4.10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

5.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

5.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

Até a presente data, não existe entre os participantes do Setor um consenso no que diz respeito a adequada definição quanto à mensuração dos ativos financeiros da concessão, principalmente no que

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

se refere a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão. Dessa forma, até a data de conclusão destas demonstrações financeiras, não foi concluída a mensuração da implementação da referida norma contábil vigente a partir de janeiro de 2018. Cabe ressaltar que a Companhia divulga na nota explicativa nº 23.1 os valores de custo amortizado e justo de todo o seu ativo financeiro, incluindo a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão e aquela a ser recuperável através da Receita Anual Permitida – RAP.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo do tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras.

Até a data da emissão destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às normas novas e revisadas acima mencionadas.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Notas	31/12/2017			
	Regulatório	Ajustes	Societário	
Ativo				
Circulante	151.059	-	151.059	
Caixa e equivalentes de caixa	135.523	-	135.523	
Despesas antecipadas	1.183	-	1.183	
Impostos a recuperar	4.116	-	4.116	
Outras contas a receber	10.237	-	10.237	
Não circulante	2.317.744	97.989	2.415.733	
Ativo financeiro amortizável	a	-	2.405.702	2.405.702
Despesas antecipadas	1.308	-	1.308	
Impostos a recuperar	7.398	-	7.398	
Depósitos judiciais e cauções	69	-	69	
Imobilizado	b	2.236.731	(2.235.726)	1.005
Intangível	B	72.238	(71.987)	251
Total do ativo	2.468.803	97.989	2.566.792	
Nota	31/12/2017			
	Regulatório	Ajustes	Societário	
Passivo				
Passivo circulante	950.664	-	950.664	
Fornecedores	349.609	-	349.609	
Empréstimos e financiamentos	578.492	-	578.492	
Tributos a pagar	9.955	-	9.955	
Salários e encargos sociais	12.608	-	12.608	
Passivo não circulante	105	223.634	223.739	
Outras contas a pagar	105	-	105	
Tributos diferidos	c	-	223.634	223.634
Patrimônio líquido	1.518.034	(125.645)	1.392.389	
Capital social	1.971.001	-	1.971.001	
(-) Capital a integralizar	(405.550)	-	(405.550)	
Prejuízo acumulado	d/e	(47.417)	(125.645)	(173.062)
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.468.803	97.989	2.566.792	

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	-	1.589.940	1.589.940
Custo da operação	e	-	(1.664.246)	(1.664.246)
Lucro bruto		-	(74.306)	(74.306)
Despesas gerais e administrativas		(25.175)	-	(25.175)
Lucro antes do resultado financeiro		(25.175)	(74.306)	(99.481)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		17.754	-	17.754
Despesas financeiras		(31.949)	-	(31.949)
		(14.195)	-	(14.195)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(39.370)	(74.306)	(113.676)
Imposto de renda e contribuição social	c			
Corrente		(456)	-	(456)
Diferido		-	(29.480)	(29.480)
		(456)	(29.480)	(29.936)
Prejuízo do exercício		(39.826)	(103.786)	(143.612)

	Notas	31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo				
Circulante		89.322	-	89.322
Caixa e equivalentes de caixa		87.122	-	87.122
Despesas antecipadas		1.121	-	1.121
Impostos a recuperar		618	-	618
Outras contas a receber		461	-	461
Não circulante		474.228	11.281	485.509
Ativo financeiro amortizável	a	-	483.044	483.044
Despesas antecipadas		2.429	-	2.429
Depósitos judiciais e cauções		36	-	36
Imobilizado	b	471.763	(471.763)	-
Total do ativo		563.550	11.281	574.831

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo				
Passivo circulante		28.035	-	28.035
Fornecedores		24.181	-	24.181
Tributos e contribuições sociais		564	-	564
Salários e encargos sociais		3.290	-	3.290
Passivo não circulante		105	33.140	33.245
Outras contas a pagar		105	-	105
Tributos diferidos	c	-	33.140	33.140
Patrimônio líquido		535.410	(21.859)	513.551
Capital social		543.001	-	543.001
Prejuízo acumulado	d/e	(7.591)	(21.859)	(29.450)
		<u>563.550</u>	<u>11.281</u>	<u>574.831</u>

	Nota	31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	-	276.815	276.815
Custo da operação	e	-	(293.969)	(293.969)
Lucro bruto		-	(17.154)	(17.154)
Despesas gerais e administrativas		(11.429)	-	(11.429)
Lucro antes do resultado financeiro		(11.429)	(17.154)	(28.583)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		4.277	-	4.277
Despesas financeiras		(388)	-	(388)
		<u>3.889</u>	<u>-</u>	<u>3.889</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.540)	(17.154)	(24.694)
Imposto de renda e contribuição social	c	-	(3.805)	(3.805)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(7.540)</u>	<u>(20.959)</u>	<u>(28.499)</u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura e da receita financeira.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de construção

A Sociedade contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Sociedade é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Sociedade terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

e) Custo de construção

O saldo de custo de construção é reconhecido nas demonstrações financeiras societárias baseado com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e depósitos bancários	195	11
Aplicações financeiras	135.328	87.111
	<u>135.523</u>	<u>87.122</u>

8. Despesas antecipadas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Apropriação de seguro patrimonial	2.491	3.550
Circulante	1.183	1.121
Não circulante	1.308	2.429

Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado junto à Austral Seguradora, amortizado de acordo com a vigência da apólice, e vencimento em 1º de março de 2020 (Nota explicativa 15).

9. Imobilizado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imobilizado em curso		
<i>Transmissão</i>		
Adiantamentos a fornecedores	348.210	176.505
Veículos	1.671	-
Depósitos judiciais	22.823	-
A ratear	1.863.023	295.000
	<u>2.235.727</u>	<u>471.505</u>
<i>Administração</i>		
Máquinas e equipamentos	118	-
Equipamentos de informática	727	258
Móveis e equipamentos	159	-
	<u>1.004</u>	<u>258</u>
Total do imobilizado	<u>2.236.731</u>	<u>471.763</u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2015	Adições	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor em 31/12/2016	Adições	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo imobilizado em curso								
Transmissão	10.270	461.235	-	471.505	471.505	1.764.222	-	2.235.727
Adiantamentos a fornecedores	8.981	167.524	-	176.505	176.505	171.705	-	348.210
Veículos	-	-	-	-	-	1.671	-	1.671
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	22.823	-	22.823
A ratear	1.289	293.711	-	295.000	295.000	1.568.023	-	1.863.023
Administração	-	258	-	258	258	746	-	1.004
Máquinas e equipamentos	-	50	-	50	50	68	-	118
Equipamentos de informática	-	208	-	208	208	519	-	727
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	159	-	159
Total do imobilizado	10.270	461.493	-	471.763	471.763	1.764.968	-	2.236.731

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

10. Intangível

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Diferido em curso		
<i>Transmissão</i>		
Servidões	71.666	-
Software	321	
	<u>71.987</u>	
<i>Administração</i>		
Software	251	-
	<u>251</u>	<u>-</u>
Total intangível	<u><u>72.238</u></u>	<u><u>-</u></u>

Movimentação do intangível:

	<u>Servidões</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Custo			
31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	<u>71.666</u>	<u>542</u>	<u>72.238</u>
31 de dezembro de 2017	<u><u>71.666</u></u>	<u><u>542</u></u>	<u><u>72.238</u></u>

11. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores relacionados à construção	257.347	12.067
Fornecedores relacionados à construção - Partes relacionadas	90.977	10.853
Prestadores de serviços	114	162
Gastos ambientais e fundiários	833	1.089
Outros	338	10
Saldo final	<u><u>349.609</u></u>	<u><u>24.181</u></u>

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

<u>Credor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Debêntures - Série única	104,5% da Taxa DI	<u>578.492</u>	<u>-</u>
		<u><u>578.492</u></u>	<u><u>-</u></u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

Movimentação do empréstimo no exercício de 2017:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	-	-
Emissão de debêntures	550.000	
Juros provisionados	28.492	-
Saldo final	<u>578.492</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor das debêntures, emitidas em 20 de maio de 2017, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, tem como vencimento e quitação a data de 20 de maio de 2018.

13. Salários e encargos sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Férias	2.285	975
Tributos retidos na fonte sobre salários	759	301
Encargos sociais a pagar	3.038	427
Bônus	6.526	1.587
Saldo final	<u>12.608</u>	<u>3.290</u>

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 07 de agosto de 2015 foi aprovada a constituição da Sociedade por meio da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$1 cada, totalizando R\$1.

Em 28 de outubro de 2015 houve aumento de capital em R\$20.000, mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 07 de março de 2016 foi aprovado o aumento de capital em R\$34.000, mediante a emissão de 34.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 29 de abril de 2016 houve aumento de capital em R\$466.000, mediante a emissão de 466.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 03 de novembro de 2016 houve aumento de capital em R\$23.000, mediante a emissão de 23.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$543.001 (R\$20.000 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 543.001.000 (20.000.000 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Em 13 de março de 2017 houve aumento de capital R\$714.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

Em 30 de novembro de 2017 houve aumento de capital R\$714.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas parcialmente, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Sociedade é de R\$1.971.001 (R\$543.001 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 1.971.001.000 (543.001.000 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
SGBH	99,99%	99,99%
<i>International Grid Holding Limited</i>	<u>0,01%</u>	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

b) Prejuízos acumulados

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de prejuízos acumulados e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucro e pela reserva legal, nessa ordem. A Sociedade não possui reservas de lucro a serem absorvidas.

Em 31 de dezembro de 2017 o prejuízo acumulado da Sociedade é de R\$47.417 (R\$7.591 em 31 de dezembro de 2016).

15. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(13.520)	(7.070)
Honorários e encargos	(1.634)	(673)
Serviços de terceiros	(3.795)	(2.048)
Taxas de importação	(2.297)	-
Viagens	(3.627)	(840)
Outros	(302)	(798)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(25.175)</u>	<u>(11.429)</u>

16. Despesas com pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal - Operação		
Remuneração	(13.782)	(4.501)
Encargos	(2.823)	(415)
Outros benefícios	(1.376)	(54)
	<u>(17.981)</u>	<u>(4.970)</u>
Pessoal - Administração		

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

Remuneração	(10.950)	(4.192)
Encargos	(1.688)	(2.369)
Outros benefícios	(882)	(509)
	<u>(13.520)</u>	<u>(7.070)</u>
Total das despesas com pessoal	<u>(31.501)</u>	<u>(12.040)</u>

17. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	<u>17.754</u>	<u>4.277</u>
	17.754	4.277
Despesas financeiras		
PIS sobre aplicações financeiras	(115)	(28)
COFINS sobre aplicações financeiras	(710)	(171)
Multas e juros	(99)	(129)
IOF	(1.679)	(60)
Juros das debêntures	(28.492)	-
Comissão bancária	(821)	-
Outros	(33)	-
	<u>(31.949)</u>	<u>(388)</u>
Resultado financeiro	<u>(14.195)</u>	<u>3.889</u>

18. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Corrente		
Imposto de renda	(334)	-
Contribuição social	(122)	-
Total do imposto de renda e da contribuição social	<u>(456)</u>	<u>-</u>

Em 2017, a Sociedade calculou o imposto de renda e a contribuição social, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração do lucro real	1.360	1.360	-	-
Base de cálculo total	1.360	1.360	-	-
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Total	<u>334</u>	<u>122</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

19. Meio ambiente

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

A Portaria nº 421/2011 estabelece procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. Dentre eles, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com base no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente.

Os custos ambientais ocorridos no exercício estão diretamente relacionados à elaboração dos estudos ambientais, entre outras etapas do licenciamento relacionadas à obtenção da Licença Prévia, conforme determinado pelo órgão regulador ambiental. O total de custos com meio ambiente no exercício de 2017 foi de R\$ 10.920 (R\$ 6.699 no exercício de 2016).

20. Seguros

A Sociedade possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Sociedade no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 007/2015-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

A garantia de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$700.000, com fim da vigência em 1º de março de 2020.

21. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza de operação</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo circulante			
Outra contas a receber			
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda.	(a) Nota de débito	-	75
		<u>-</u>	<u>75</u>
Passivo circulante			
Fornecedores			
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda.	(b) Serviços de construção	-	10.299
China Electric Power Equipment and Technology Co.	(b) Serviços de construção	121.447	-
Nari Group Corporation	(b) Serviços de construção	50.879	-
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(b) Serviços de construção	622	554
		<u>172.948</u>	<u>10.853</u>

(a) Refere-se aos tributos incidentes sobre o adiantamento de fornecedores realizado em 2016, a ser abatido na próxima nota fiscal.

(b) Referem-se aos saldos a pagar relacionados a prestação de serviço para a construção do projeto.

22. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015 a Sociedade não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros da Sociedade, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	135.523	87.122
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	11	349.609	24.181
Empréstimos e financiamentos	12	578.492	-

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Sociedade efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Sociedade é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Sociedade através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Sociedade.

23. Contingências

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

24. Gestão do capital

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em milhares de reais)

e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.